

O RACISMO ESTRUTURAL COMO BARREIRA PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS *O DESPERTAR* E *QUARTO DE DESPEJO*

STRUCTURAL RACISM AS A BARRIER TO FEMALE EMANCIPATION: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE WORKS *O DESPERTAR* AND *QUARTO DE DESPEJO*

Gilcélia Santana Pires¹
Aiala Bastos dos Santos²
Marcela Eduarda Santos da Cruz³

RESUMO

Este trabalho analisa as protagonistas das obras *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus e *O despertar*, de Kate Chopin. Apresentamos o racismo enquanto barreira para a emancipação feminina ao comparar as suas trajetórias. Elencamos alguns aspectos que impactam no processo de ressignificação dos papéis das mulheres na sociedade: trabalho doméstico, maternidade, atuação da mulher como provedora da casa, assim como a interseccionalidade. Como arcabouço teórico, apoiamos-nos nos autores: Anzaldúa (2000), Davis (2016), Almeida (2019), e Fernandez (2008 e 2014). Por fim, depreendemos que dificilmente haverá emancipação para mulheres negras sem a superação do racismo.

Palavras-chave: racismo estrutural, interseccionalidade, emancipação feminina, Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

This work analyzes the protagonists of the books “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, by Carolina Maria de Jesus and “O awakening”, by Kate Chopin. We present

¹ Licenciada em Letras - Língua Inglesa- Língua Portuguesa e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS (1989). Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, Portugal (2016). E-mail: gspires@uefs.br

² Licencianda em Letras-Inglês pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. E-mail: aiasantosx@gmail.com.

³ Acadêmica em Letras-Inglês pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. E-mail: marcelaeduardacruz199@gmail.com.

racism as a barrier to female emancipation by comparing their trajectories. We list some aspects that impact the process of redefining women's roles in society: domestic work, motherhood, women's role as breadwinners, as well as intersectionality. As a theoretical framework, we rely on the authors: Anzaldúa (2000), Davis (2016), Almeida (2019), and Fernandez (2008 and 2014). Finally, we understand that there will hardly be emancipation for black women without overcoming racism.

Key-words: structural racism, intersectionality, feminine emancipation, Carolina Maria de Jesus

1 Introdução

Neste trabalho estabelecemos reflexões sobre as obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus e *O despertar*, de Kate Chopin. Desta forma, iremos apontar quais aspectos sociorraciais influenciam negativa ou positivamente a vida e a tomada de decisões das protagonistas, e como o fazem, uma vez que reconhecemos que se tratam de dois contextos distintos. Nessa perspectiva, compreendemos o racismo estrutural enquanto barreira para a conquista da emancipação feminina, pois ambas as obras têm figuras que vivenciam um processo de autoconhecimento e de reformulação dos seus papéis na sociedade enquanto mulheres.

Sendo assim, a partir do estabelecimento de uma comparação, esta análise tem o intuito de lançar luz sobre as problemáticas enfrentadas por mulheres negras de classes sociais baixas no que se refere a sua ascensão social e autoestima. Para tanto, focamos inicialmente a nossa atenção em Carolina Maria de Jesus, uma personagem real, que em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, um livro autobiográfico, evidencia que não tinha a opção de se desvincular do papel de mulher-mãe.

Em seguida, voltamos o nosso olhar para a protagonista de *O despertar*, Edna, uma personagem fictícia retratada no livro como uma jovem mulher casada, branca, proveniente de uma família abastada, e que, embora fosse mãe, podia contar com uma vasta rede de apoio composta por funcionários, amigos e familiares. Embora na altura em que os livros foram escritos ambas fossem jovens matriarcas, é visível que ocupam espaços distintos, sendo Carolina Maria de Jesus uma mulher preta, mãe-solo, e que,

como sugere o nome do livro, era moradora de uma região socialmente menos privilegiada. Ou seja, ambas possuem realidades completamente opostas, e conseqüentemente, não desfrutam das mesmas oportunidades para a ascensão social.

Através desses panoramas, elencamos três aspectos que reverberam diretamente nesse processo emancipatório, e que afetam diferentemente as personagens, sendo estes: o trabalho doméstico, a maternidade, e a necessidade ou não de estabelecer uma fonte de renda. Apresentamos como estas situações continuam a ser vivenciadas na vida real e como as discussões realizadas na contemporaneidade são insuficientes para cobrir essa lacuna. E para respaldar os nossos estudos, para além das obras destacadas, apoiamo-nos em autores como Carla Akotirene (2018), Glória Anzaldúa (2000), Angela Davis (2016), Silvio Almeida (2019), Fernandez (2008 e 2014), entre outros.

Entendemos que a sociedade patriarcal, na maioria das vezes, subalterniza a atuação feminina, o que tem exigido das mulheres uma incessante luta pela consolidação dos seus direitos, e por sua liberdade. No entanto, refletimos que, no que tange a mulheres pretas, estas se encontram em posição de maior desvantagem quando em comparação com mulheres brancas. Souza (2023) reflete que a opressão do patriarcado atrelada ao racismo “constrói para as mulheres negras trans e cis uma vida de precariedade” (SOUZA, 2023, p. 37). Assim, observamos que há uma invisibilização da discussão sobre a interseccionalidade entre raça e gênero na nossa sociedade. Por fim, trazemos reflexões acerca do papel da mulher negra na sociedade, pois compreendemos que esta pauta dificilmente será superada, ou mesmo atenuada sem que haja discussões acerca dos impactos do racismo estrutural no processo de independência feminina.

2 Racismo estrutural e Interseccionalidade

Inicialmente, antes de estabelecer diálogos entre os livros e o que eles nos dizem sobre o racismo estrutural e a interseccionalidade, torna-se de suma importância refletir sobre a definição dos dois termos, para que a discussão do trabalho se consolide com clareza. Inicialmente, para discutir o racismo, podemos pensar num conceito de raça,

que foi historicamente delineado a partir da perspectiva do colonialismo, como uma forma de legitimação para a desumanização e o genocídio de diversos povos. Por esse viés, um influente filósofo que advogou por essa pauta racista, foi Hegel (1995), que determinava características dos sujeitos não europeus como inferiores, tanto biológica, quanto psicológica e sobretudo culturalmente. De acordo com o filósofo:

Mansidão e indiferença, humildade e submissão perante um crioulo [branco nascido na colônia], e ainda mais perante um europeu, são as principais características dos americanos do sul, e ainda custará muito até que europeus lá cheguem para inculcar-lhes uma dignidade própria. A inferioridade desses indivíduos, sob todos os aspectos, até mesmo o da estatura, é fácil de se reconhecer. (HEGEL, 1995, p. 74-75, *apud* ARROYO, 2008, p. 217-218).

Para além de uma definição do sul africano enquanto povo submisso e que necessita dos missionários europeus para civilizar sua população, Hegel (1995) discorre acerca dos africanos como sujeitos primitivos que não fazem parte da história do mundo e da humanidade. Segundo ele:

A principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma idéia geral de sua essência. (...) O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia de caráter humano. (...) Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistente. (...) Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar. (HEGEL, 1995, p. 84-88 *apud* ARROYO, 2008, p. 218).

Em dissonância com esse pensamento, Almeida (2019) salienta que as menções a essa primitividade das pessoas não brancas associando-as a atividades animais (de submissão ou de selvageria) são um meio muito utilizado pelo “processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de

hoje” (ALMEIDA, 2019, p. 20). Nesse contexto, o autor explica que a separação das pessoas entre raças, no conhecimento filosófico, funcionava como um dispositivo colonial da Europa para a “submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (ALMEIDA, 2019, p. 20).

É possível perceber que essa desumanização de povos subalternizados tem sustentado práticas racistas desde recortes históricos que remontam ao colonialismo e ao imperialismo. Assim, justificamos o panorama histórico sobre raça supracitado para a discussão e análise do tema proposto. Almeida (2019) afirma que:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 22).

A partir dessa perspectiva, Almeida (2019) também delinea o racismo estrutural pelo arcabouço histórico e político, afirmando que esse contexto de desumanização anteriormente mencionado embasa a estrutura social racista. O autor ainda aponta que isso não define a luta antirracista como irrelevante para a transformação dessa estrutura.

Além do racismo estrutural enfrentado diariamente pelas pessoas negras, refletimos também o ponto de vista da interseccionalidade, considerando a invisibilidade das mulheres negras que além de enfrentar os obstáculos do racismo, têm suas vidas atravessadas pelo machismo.

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e não servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária (AKOTIRENE, 2018, p. 29).

Outrossim, Akotirene (2018) também aponta para a falta de diálogo do feminismo com as mulheres negras considerando seu viés racista. Além disso, ela

aponta a lacuna do movimento negro por não abarcar as mulheres pretas pelo seu caráter machista, compreendendo a experiência do homem negro como única destacada. Esses dois contextos invisibilizam a mulher negra no mundo ocidental e cria a necessidade do desenvolvimento da interseccionalidade para discussão das duas opressões interconectadas.

Neste âmbito, Carolina Maria de Jesus pode ser entendida como uma representante da população negra feminina existente no Brasil. Isto é, uma parcela real entre tantas outras mulheres que, assim como ela, são abandonadas, negligenciadas, e recebem uma sobrecarga de trabalho que, por ser tão pesada, as permite apenas sobreviver, ao invés de viver. Carolina Maria de Jesus, por meio da sua escrita, conseguiu marcar não só sua trajetória de vida de forma excepcional e empoderada, como a trajetória de tantas outras Carolinas e Ednas. De acordo com Fernandez (2008):

Diante da evidência de que a maioria dos pobres de nosso país não possui acesso à escritura, e que literatura, para eles, constitui-se como uma tarefa quase irrealizável, procuramos compreender como a “catadora” de lixo Carolina Maria de Jesus empreendeu sua arte. (FERNANDEZ, 2008, p. 127)

Mas vale ressaltar que, apesar de toda luta para que o seu trabalho fosse reconhecido, a intelectualidade de Carolina Maria de Jesus foi ofuscada pela tentativa de retratá-la como uma mera “favelada” que conseguiu compartilhar as suas histórias através da escrita. Em conformidade com Fernandez (2014) é possível perceber que havia uma tentativa de apagar as diversas pautas levantadas pela autora, bem como os espaços de luta em que esta transitava:

Nesse sentido é que a narrativa de Carolina de Jesus avança, a partir de uma linguagem refratada, fraturada, uma poética de resíduos que se equilibra num lugar outro, em detrimento de um indefinido ou indeferido, causando oscilações entre vinculação e desvinculação nos vários espaços temáticos e formais: feminismo, negritude, política, literatura e autobiografia, entre outros. (FERNANDEZ, 2014, p. 287)

Fernandez (2014) também afirma que, em um dado momento, até mesmo a escrita da autora de *Quarto de despejo* teria sido desacreditada pois duvidavam da sua

capacidade de escrever e atribuíam a ela o papel de alguém que emprestou a sua história para que outro a escrevesse:

A mesma desconfiança em torno da autoria de Carolina de Jesus gerou polêmica no Brasil no ano de 1993 com artigo “Mistificação Literária”, de Wilson Martins, no *Jornal do Brasil* (23/10/1993), refutado em seguida por Audálio Dantas (*Imprensa*, jan./1994, p.42-43) com o artigo “Mistificação da crítica: uma resposta à acusação de fraude literária”. Felizmente, nos dias de hoje, e, sobretudo, após diversos estudos sobre os manuscritos carolinianos, além da materialidade das microfílmagens de alguns cadernos disponíveis na base digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, esses questionamentos caíram por terra. (FERNANDEZ, 2014, p. 286-287)

Assim, o racismo patriarcal foi enfrentado por Carolina Maria de Jesus não só em sua vivência como catadora de lixo, mas, sobretudo, em sua credibilidade enquanto escritora. Dessa forma, refletimos sobre a interseccionalidade entre o racismo estrutural em conjunto com o machismo sofrido pela autora Carolina Maria de Jesus, a partir da obra *Quarto de despejo*. Essas reflexões são levantadas a partir da comparação com a obra *O despertar*, de Kate Chopin, na qual se destaca a personagem Edna e sua trajetória enquanto mulher branca em busca de sua liberdade.

3 Quarto de despejo vs. O despertar: quando a realidade converge com a arte

A obra *O despertar*, de 1899, aborda um processo de autoconhecimento vivenciado pela personagem principal, o qual a autora, Kate Chopin, denomina de o despertar. No ápice da obra, a protagonista abre os olhos para o fato de que sua vida caminha de acordo com os padrões preestabelecidos pela sociedade da época para uma mulher casada e mãe. Embora a personagem, seu marido e filhos ocupavam uma posição abastada entre as famílias de Nova Orleans, passou a ser nítido como aquele estilo de vida lhe cerceava qualquer chance de auto-realização. E, assim, Edna passa a contrariar estes padrões e começa agir de acordo com suas próprias vontades.

Apesar do estranhamento das pessoas em seu entorno, observamos que não existe nenhum fator que impeça Edna neste processo de autodescoberta. Seu “despertar” aconteceu gradualmente, indo desde a ausência em eventos os quais era obrigada a

frequentar, até deixar de cuidar dos filhos exaustivamente ou atender aos caprichos de seu esposo. Por fim, Edna percebe que nunca quis ser mãe e nem mesmo se casou por amor ao seu esposo, mas sim pela pressão imposta pela família, então ela deixa sua casa, seus filhos e seu marido; passa a morar sozinha, a viver outras paixões e compreender que não se encaixa no papel que a sociedade impunha a ela. “Resumindo, Mrs. Pontellier não era uma mulher-mãe” (CHOPIN, p. 12, tradução nossa).

Em *Quarto de despejo*, a situação da Carolina Maria de Jesus possui um contexto desigual ao de Edna. O livro é um compilado de escritas do diário da autora em que narra sua vivência enquanto uma catadora de papel da favela do Canindé, em São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1960. Mãe solo de três filhos de pais diferentes que tem como moradia um barracão, a autora relata sua luta para não morrer de fome com seus filhos e seu sofrimento por não poder lhes dar uma vida confortável. Assim, reafirmamos, a autora não tinha a opção de não ser uma mulher-mãe. Se tivesse, ela poderia ter decidido dedicar seu tempo à escrita e à leitura, que são dois universos de seu interesse.

É possível, além disso, pensar em direção à profissão de Edna como pintora. A personagem, enquanto mulher branca privilegiada, tinha condições financeiras e um lar para pintar seus quadros quando quisesse e como quisesse. Carolina Maria de Jesus, por sua vez, enquanto mulher negra e periférica moradora de um barracão em situação de subsistência, enfrentava os perigos alertados por Anzaldúa (2000) e utilizava a escrita como forma de resistir e marcar seu lugar no mundo.

Minhas queridas *hermanas*, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder —nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance (ANZALDÚA, 1980, p. 229).

Podemos verificar que Carolina Maria de Jesus e Edna vivem esse abismo de realidades, que coloca mulheres negras à sua beira. Após o estabelecimento de um

panorama sobre as duas obras, é possível pensar na emancipação da personagem Edna enquanto um processo pessoal. Edna se desprende do que era entendido enquanto seu papel social. Apesar de ser possível pensar o empoderamento feminino a partir dessa perspectiva, entendemos também que tanto as lutas quanto as conquistas de Edna, enquanto mulher branca, são individuais e não relativas ao coletivo feminino, tendo em vista que sua epifania sobrecarrega outras mulheres que não têm a oportunidade de seguir o mesmo caminho.

Conforme defendido por Munanga (2009), a “negritude” difere-se de qualquer outro movimento de cunho racial que venha a emergir, uma vez que está pautada na reação do povo negro às ofensas raciais proferidas e/ou praticadas pelos brancos. Então, a partir da “tomada de consciência”, o movimento negro, assim como, a “negritude” devem ser concebidos como uma forma de solidarização coletiva, e união entre o povo negro, uma vez que, compartilham do mesmo contexto histórico. Isto é, enquanto as lutas de mulheres como Carolina Maria de Jesus, a qual teve a vida marcada por uma subalternização dupla, enquanto negra e mulher (VIEIRA; JOHANSON, 2020), se tornam coletivas, pois estão enraizadas nas lutas do movimento negro, mulheres brancas são comumente impulsionadas a lutar por conquistas que irão reverberar particularmente na vida de uma parte delas.

Ademais, Davis (2016) argumenta que: “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.” (DAVIS, 2016, p. 24). Sendo assim, o papel social da mulher enquanto esposa e mãe dócil é um papel criado para ser performado por mulheres brancas. Não se pode pensar na liberdade feminina sem pensar quem são essas mulheres e muito menos sem levar em consideração a interseccionalidade de gênero, raça e classe que entrecruza este processo emancipatório.

Portanto, o racismo estrutural foi e é uma barreira para a luta contra o patriarcado. Conforme Almeida (2019, p. 33) argumenta “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se

constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.”

A partir dessa perspectiva, voltamos a pensar na emancipação de Edna como uma sobrecarga para mulheres negras. Isso considerando que as funcionárias da casa de Edna que cuidam de tudo para que ela possa viver este processo de autoconhecimento, são negras. Por outro lado, percebe-se que a atitude de Carolina Maria de Jesus dá voz à realidade de muitas mulheres negras violentadas pelo racismo estrutural, enquanto esse empoderamento por parte de Edna corrobora com a manutenção desse racismo e se configura como interesse individual.

4 A barreira da sobrecarga da mulher negra

Para iniciar uma reflexão relacionada à sobrecarga das mulheres negras a partir da vivência de Carolina Maria de Jesus, não conseguimos deixar de pensar nos fatores históricos e sociais que conduzem a essa condição. Nesse sentido, refletindo também sobre o distanciamento entre Edna e a autora de *Quarto de despejo*, destacamos o que foi dito por Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2016):

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas [9]. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. (DAVIS, 2016, p.24).

Contudo, verifica-se que, no senso comum, o empoderamento feminino é encarado a partir da imagem de mulheres deixando o papel de mães e donas de casa para trabalhar fora, função antes ocupada apenas pelos homens. Esta visão não considera a realidade das mulheres negras, uma vez que, elas sempre tiveram que trabalhar fora em paralelo ao exercício dos papéis de mães e donas de casa.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu

uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (TRUTH, 1851 apud DAVIS, 2016, p. 72)

O trecho citado foi retirado do discurso de Sojourner Truth, denominado “*E eu não sou uma mulher?*”. Esse discurso questiona a noção do que é ser uma mulher. Ao indagar “E eu não sou uma mulher?”, a intelectual transgride uma visão generalista do papel feminino, assim como das opressões impostas às mulheres. Além de abordar as questões de gênero em seu discurso, Truth insere na discussão o recorte de raça e classe e volta o olhar para um recorte interseccional das mulheres negras, que apesar de vistas através de óticas desumanizadoras, também são mulheres.

As violências vivenciadas por Truth não configuram um fenômeno isolado do período histórico da escravidão. O contexto descrito pela ativista é herdado por Carolina Maria de Jesus tendo em vista que no Brasil, após a escravidão, as pessoas negras foram deixadas à própria sorte, construindo favelas e sobrevivendo em condições insalubres. Essa herança histórica molda os desdobramentos do racismo estrutural na contemporaneidade.

Ao analisar a formação do Estado Brasileiro, pode-se notar que o processo de desenvolvimento interno está vinculado à história do racismo praticado contra o povo africano, forçosamente trazido à América do Sul para ser submetido ao trabalho escravo. (ANDRADE; MARTINS, 2023, p. 29)

Dessa forma, o papel da mulher negra se estende à figura de mãe, cuidadora da casa e provedora do lar. Esses papéis serão destrinchados nas próximas seções, mas refletimos sobre os dois primeiros como papéis vistos socialmente como funções da mulher e o terceiro como função do homem. E a mulher negra, na maioria dos casos, se encarrega dos três. Ao refletir sobre o recorte de raça em relação às mulheres, podemos verificar que a sobrecarga das mulheres negras se constitui como barreira desigual na conquista do empoderamento feminino em comparação às mulheres brancas. Podemos então perceber que este recorte não pode ser dissociado da definição genérica do que é ser mulher, assim como das suas vivências e opressões.

4.1 Maternidade solo: os reflexos da solidão da mulher negra na contemporaneidade

A expressão “solidão da mulher negra”, tem sido pautada em diversas discussões antirracistas e feministas, uma vez que é inegável que mulheres, principalmente pretas, são comumente abandonadas por seus parceiros antes, durante, e após a gestação. Nesta perspectiva, Carolina Maria de Jesus relata em seu livro o quanto era difícil perceber que no processo de criação de seus filhos não havia uma figura paterna, e em um trecho, desabafa: “[...] E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai.” (DE JESUS, 1960, p. 56).

Embora o trecho descrito acima tenha sido escrito na década de 60, ao analisar uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 2012 e 2022, é possível perceber que o número de mães solo no Brasil aumentou de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Desse quantitativo, 90% dessas mulheres são negras (FEIJÓ, 2023). Dessa forma, percebemos que a realidade brasileira está cheia de Carolinas que não podem ter a mesma chance de Edna de abandonar suas amarras sociais. Conforme aponta Xavier (2021):

A desvantagem em que a mulher preta se encontra quando comparada à branca em assuntos maritais é latente e isso indica a intercessão de algum fator social. Historicamente, as mulheres negras foram libertas antes dos homens negros em virtude da espécie de trabalho ligado à produção agrícola que eles desempenhavam. (XAVIER, 2021, p. 16)

Nesse sentido Xavier (2021, p. 17) aponta que devido a este contexto histórico, os núcleos familiares compostos por pessoas pretas no Brasil do século XIX era comumente chefiado por mulheres que “assumiam totalmente a autoridade e a função de proteção do lar ao passo que a figura masculina era deveras dispensável”. Para além do contexto histórico, Carolina Maria de Jesus relata que o medo do abandono, e da violência doméstica foram fatores que a fizeram preferir a solteirice:

Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas

pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (DE JESUS, 1960, p. 56).

Em um cenário atual, muito se discute sobre a responsabilidade compartilhada dos filhos. Refletimos que há uma lacuna no olhar para as mães solo, como Carolina Maria de Jesus e o quanto a sobrevivência de muitas crianças brasileiras dependem dessas mulheres. Além disso, devido à ameaça da violência doméstica, a solidão muitas vezes parece mais segura, tanto para estas mulheres quanto para seus filhos. E assim, elas são impulsionadas a maternidade solo.

A maternidade nos dias atuais também é vista como obstáculo para que as mulheres conquistem sua independência e é evitada por muitas delas. De fato, a maternidade se constitui em muitos casos como uma sobrecarga para muitas mulheres, principalmente para as que ao contrário de Edna não podem contar com uma rede de apoio, como é o caso de Carolina Maria de Jesus.

Carolina não contava com a presença masculina dos pais de seus filhos, era mãe solteira, e além de trabalhar para o sustento dos filhos, ou seja, realizar o papel que a cultura dominante atribuía ao homem, também realizava o papel feminino, aquele que lhe era atribuído. (SANTOS, 2006, p. 39)

Nesse sentido, é importante salientar a intercorrência do fenômeno da maternidade para mulheres sem escolaridade, sem conscientização sobre métodos contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Como esse panorama de conquista da independência abarca as mulheres que enfrentam o racismo estrutural e o machismo no seu dia a dia? Como esse quadro social pode ir além de englobar apenas Ednas e mais Carolinas?

Essa realidade se torna tangível para nós, autoras do ensaio, enquanto “Mulheres negras infiltradas na Academia” (AKOTIRENE, 2018, p. 15), que vivem em realidades compostas igualmente por outras mulheres negras que tiveram que lidar com a maternidade sozinhas, superar as dificuldades financeiras e privações de sua própria individualidade. Carolina Maria de Jesus é como nossas tias, mães, avós, primas, que

em decorrência da intersecção entre o racismo estrutural e o machismo tiveram que experimentar o lado exaustivo e, em certo ponto, assustador da maternidade e da busca pela liberdade e empoderamento feminino. E, é a partir dessa realidade, que percebemos a urgência em lançar luz sobre estas temáticas tanto dentro quanto fora da academia.

4.2 A mulher como única provedora da casa

Em paralelo à maternidade solo, quase que de maneira intrínseca, vem a necessidade de assunção do papel de provedora da casa. Em muitos lares, por não ter o auxílio de uma figura paterna para dividir as contas e os gastos que naturalmente são gerados com a criação de uma criança, diversas mulheres são obrigadas a se desdobrar entre os papéis de mãe, dona de casa e também chefe da família. A figura de uma mãe equilibrada, tentando conciliar tantos papéis a leva à exaustão, e como mencionado anteriormente, nessa condição social estão as negras, que são a maioria das mães-solo brasileiras.

Historicamente, as famílias negras que se formaram após a abolição da escravidão, não detinham renda e portanto, se submetiam a trabalhos análogos a escravidão para conseguir recursos financeiros, ou em troca de comida. Essa era uma lamentável questão de sobrevivência. Nos dias atuais, esses resquícios históricos ainda rondam os descendentes afro-brasileiros que detêm a minoria da riqueza do país, e em suma maioria vivem de maneira marginalizada.

Neste cenário, temos mais uma vez Carolina Maria de Jesus, que na década de 60 vivia na favela do Canindé, no estado de Minas Gerais, e que ganhava em torno de 41 cruzeiros por dia como catadora de papel. A escritora deixou claro em seu livro que exercia tal atividade por falta de opção, afinal a intelectual era a única provedora da casa: “Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando” (DE JESUS, 1960, p. 25).

Carolina Maria de Jesus era a responsável por garantir que os seus três filhos não passassem fome, portanto era inegociável que ela saísse todos os dias para as ruas. No livro *O despertar*, por outro lado, é mostrado que mulheres brancas do século XIX

despendiam o seu tempo com atividades prazerosas como bordado, pintura, e/ou coordenavam o trabalho de outras mulheres que executavam as atividades domésticas, as quais eram mulheres negras.

Embora escrevesse histórias fictícias, Kate Chopin baseou a personagem Edna, assim como desenvolveu as outras personagens femininas que são descritas no livro com base nos padrões sociais da época. Sendo assim, as personagens negras são ligadas a situações de servidão e executam papéis subalternos, as quais quase não possuem falas. Vale ainda salientar que, embora a história de Carolina Maria de Jesus tenha se passado quase 100 anos depois da publicação do livro *O despertar*, evidencia-se que as condições de vida das mulheres brancas da época eram muito mais favoráveis do que foram para Carolina Maria de Jesus já no século XX.

5 Considerações finais

A base social, política e filosófica que sustenta os moldes da sociedade contemporânea, foi historicamente desenvolvida de modo a posicionar a figura feminina em desvantagem com relação à figura masculina, ainda que, para isso tenha-se que negligenciar os direitos e até mesmo a liberdade deste grupo, ou seja, das mulheres. Contudo, quando voltamos o nosso olhar para mulheres negras, percebemos que estas permanecem em situação ainda mais subalterna que as mulheres brancas, uma vez que esta estrutura foi também concretizada a partir de questões raciais. Portanto, para as mulheres que tentam romper estas barreiras e se emancipar será necessário enfrentar o preconceito de gênero, mas para mulheres negras, por outro lado, encontra-se a interseccionalidade entre o machismo e o racismo estrutural.

Sendo assim, de acordo com o que foi discutido na presente análise comparativa, depreendemos que não há liberdade, emancipação social, financeira ou psicológica para mulheres negras sem que os resquícios da escravidão e o fruto que esta gerou, isto é, o racismo estrutural, sejam superados. Dessa forma, mulheres brancas e ricas, como a personagem Edna, têm a oportunidade de lutar por igualdade salarial, e pelo cargo que desejam exercer, pela decisão de ser ou não mãe, e de casar ou não. As mulheres negras,

por outro lado, lutam em conjunto para que a cor de sua pele não seja um impedimento para a conquista de um emprego, a razão pela qual não são consideradas “para casar”, ou até mesmo um motivo para temerem pela segurança dos seus filhos.

Por esta razão, concluímos que o racismo estrutural e os seus impactos na vida, sobretudo de mulheres negras, ainda é um tabu que precisa ser quebrado. Além disso, enquanto tratarmos a pauta como utópica, diversas mulheres, como Carolina Maria de Jesus, permanecerão tendo os seus direitos e a sua liberdade cerceados. A reparação histórica deve transcender a implementação de programas de transferência de renda, e a inclusão de cotas raciais, pois urge a concretização de uma sociedade que de fato acolha as mulheres negras de nosso país, o que não ocorrerá sem que esta pauta seja amplamente discutida.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Vitor Luiz de; MARTINS, Leonardo Oliveira Silveira Santos. A perpetuação do racismo estrutural e institucional por meio da invisibilização da pessoa preta e da sua história nos centros hegemônicos de exercício dos poderes da união. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 9, n. 16, p. 26-52, 2023.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos feministas*, v. 8, n.1, p. 229-236, 2000.

ARROYO, Raoni Wohnrath. Uma visão pós-colonialista da filosofia da história de Hegel. *Revista Filogênese*, v. 1, n. 1, p. 216-222, 2008.

CHOPIN, Kate. *The Awakening and selected short stories*. New York: 1988.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Livraria F. Alves, 1960.

FEIJÓ, Janaína. *Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos*. FGV, 2023. Disponível em:

<<https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>>. Acesso em 22 fev. 2024.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus. *Itinerários: Revista de Literatura*, Araraquara, n. 27, p.125-146, jul./dez. 2008

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Vários “Prólogos” para um Journal de Bitita/Diário de Bitita ou Por que editar Carolina?. *Scripta*, v. 18, n. 35, p. 285-292, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude-Nova Edição: usos e sentidos*. Autêntica Editora, 2009.

SANTOS, Elisângela da Silva. Carolina Maria de Jesus: artista, mulher e mãe no Quarto de despejo. *Baleia na rede*, v. 1, n. 3, p. 35-42, 2006.

SOUZA, Jacilene Batista de. *O racismo estrutural e mulheres negras : a atuação do Serviço Social em defesa das lutas antirracistas*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

VIEIRA, Julia de Freitas; JOHANSON, Izilda Cristina. A interseccionalidade através de Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. *Revista PHILIA*, v. 2, n. 2, 2020.

XAVIER, Raísa Santos. A solidão da mulher negra e os reflexos na dignidade da pessoa humana. *Revista Eletrônica*. OAB-RJ/Edição especial “O direito e as Mulheres Negras”, p. 1-22, 2021.

Recebido em: 30/03/2024

Aceito em: 15/05/2024